

ALFABETIZAÇÃO: PRÁTICAS ALFABETIZADORAS VIVENCIADAS POR PROFESSORAS NO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA-PNAIC.

Amanda Ravenna Vieira de Oliveira
Giovana Carla Cardoso de Amorim
Luzimara Alexandre da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - luzi_alexandre@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - padraoamanda@gmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - giovana_melo@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre as práticas de ensino no processo da alfabetização, refletindo a didática com foco na psicogênese da língua escrita, trazendo o funcionamento do Programa de do governo federal, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e fazendo um estudo com professores que participaram da formação do PNAIC de língua portuguesa no ano de 2013. A pesquisa foi desenvolvida a partir do referencial teórico, reflexões coletivas e experiências vivenciadas durante as aulas da disciplina Formação e Infância do curso de Pós Graduação em Educação-POSEDUC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Fundamenta-se em Freinet (2010), Ferreiro (1989), Soares (1994) e os autores que estão embasando os cadernos de orientações das professoras alfabetizadoras recebidos como material de estudo no curso ofertado pelo Ministério da Educação e da Cultura. O trabalho foi desenvolvido em duas escolas estaduais da cidade de Mossoró-RN, onde foi realizado a pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevista semi-estruturada, tendo como sujeitos de pesquisa duas professoras que exercem sua prática no 1º ano do ensino fundamental. Diante do que foi vivenciado na análise dos dados, compreendemos que: O PNAIC trouxe em sua proposta processos de alfabetização que vem contribuindo com a prática de professores alfabetizadores para a promoção da aprendizagem dos alunos. Nesse contexto, podemos perceber no desenvolver do estudo, a importância da formação continuada no processo de construção e melhoria da didática desenvolvida por professores na busca de alfabetizar os alunos na idade certa, como também para desmistificação de práticas tradicionais que alguns professores ainda utilizam como base e melhoramento de sua prática.

PALAVRAS CHAVE: Alfabetização, Práticas, PNAIC.



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A alfabetização é uma temática bastante estudada e discutida na atualidade, e esse processo vem se destacando nacionalmente através do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Com essa ênfase, vêm se à tona debates sobre o processo e os métodos de alfabetização. Nesse campo de estudos, o profissional alfabetizador está sempre no campo de investigação sendo questionado sobre que métodos ele utiliza na sua prática e em que bases eles se fundamentam. Com o passar dos anos, cada vez mais se exige do alfabetizador uma prática mais dinâmica, atual e eficaz.

Na busca pela universalização do ensino e melhoria da qualidade da educação básica, uma temática de grande destaque nas discussões em reuniões, formações e encontros educacionais é a preocupação em alfabetizar os alunos na idade certa. Nessa perspectiva, buscamos analisar a didática evidenciada no curso de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e, conseqüentemente, as práticas exercidas pelas professoras que frequentaram o pacto.

2. PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Atualmente, com base nas pesquisas realizadas pelas políticas avaliativas, como a Provinha Brasil, que avalia as crianças que estão matriculadas no 2º ano do ciclo de alfabetização, e a Prova Brasil, para as crianças que estão frequentando o 5º ano do ensino fundamental, dentre outras que são realizadas por outras instituições. Diante dos resultados, um dos principais pontos relevantes, é a afirmação de que muitas crianças brasileiras concluem o ensino fundamental sem estar devidamente alfabetizadas. Esta realidade interfere bastante no processo de aprendizagem e aquisição dos conhecimentos estudados no currículo do ensino fundamental I e conseqüentemente nos níveis posteriores. Visando mudar esta situação, o Ministério da educação elabora uma ação que conta com a participação do governo federal e dos governos dos estados e municípios do Brasil. Nessa ação, todos se dispõem a mudar esta realidade fazendo esforços e disponibilizando recursos para valorizar e apoiar a comunidade escolar, principalmente os professores alfabetizadores.

Através da portaria nº 867, em 4 de julho de 2012, o Governo Federal cria o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), bem como estabelece suas diretrizes gerais. Este, em uma série de encaminhamentos, empreende esforços com o intuito de “[...] assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.” (BRASIL, 2012).



O Programa Pacto Nacional da alfabetização na idade certa-PNAIC tem como objetivo alfabetizar os alunos no decorrer do ciclo de alfabetização (do 1º ao 3º ano) até os oito anos de idade. Este pacto possui várias ações integradas que juntas visam aprimorar a formação continuada dos professores. Estas ações são divididas em quatro eixos: formação continuada presencial para professores alfabetizadores e seus orientadores de estudo; materiais didáticos, obras literárias, obras de apoio pedagógico, jogos e tecnologias educacionais; avaliações sistemáticas e gestão; controle social e mobilização.

O conjunto de material recebido pelo professor cursista no primeiro ano do programa foram: três cadernos introdutórios; apresentação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; caderno de formação de professores e caderno de educação especial. Como também, foram entregues oito cadernos para cada ano e para as escolas do campo. Os conteúdos existentes nos cadernos são textos teóricos sobre os temas de formação, relatos de experiências de professores na sua prática docente, sugestões de atividades, confecções de materiais didáticos como jogos, dentre outros. Todo professor que atua nos três primeiros anos do Ensino Fundamental de escola pública e que esteja lotado e constando no censo escolar do município deve participar do curso.

A avaliação se dá a partir dos seguintes critérios: ter frequência nos encontros presenciais (mínimo de 75%); realizar as tarefas previstas em cada unidade; avaliar as crianças e preencher o quadro de acompanhamento de aprendizagem dos alunos e fazer autoavaliação. Para o desenvolvimento dessas atividades, devem ser considerados: o percurso durante cada encontro da formação; as contribuições do curso em sua prática pedagógica e os relatos das experiências no seminário final do programa. Os certificados são emitidos pelas universidades de cada estado.

As avaliações sobre o cumprimento das metas do PNAIC e os índices de conhecimento dos alunos são feitos através da ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), que faz parte do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Existe também, como já relatado anteriormente, a Provinha Brasil, outra avaliação que é realizada no ciclo de alfabetização aplicada com alunos do 2º ano do Ensino Fundamental, no início e ao final do ano letivo. Porém, é uma prova amostral para avaliar o nível dos alunos e não censitária, como a ANA.

Conforme o PNAIC, a criança é alfabetizada quando compreende o funcionamento da escrita, domina as correspondências entre grafema-fonema, lê, escreve e compreende textos escritos. Na formação continuada, é necessário que:

Em uma concepção de alfabetização focada na inserção das crianças nas práticas sociais, podem ser desenvolvidas metodologias que, de modo concomitante,



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

favoreçam a apropriação do sistema alfabético de escrita por meio de atividades lúdicas e reflexivas e a participação em situações de leitura e produção de textos, ampliando as referências culturais das crianças. (BRASIL, s.d., p.20).

Segundo este mesmo documento, para o processo de alfabetização é necessário que os professores estejam preparados, motivados e comprometidos, e acompanhem o progresso da aprendizagem das crianças. Contudo, é preciso disponibilizar o acesso aos instrumentos pedagógicos e é importante que o professor, figura central neste processo, saiba utilizá-los, portanto, o PNAIC considera que é preciso assegurar a formação continuada para o trabalho ser desempenhado com competência e entusiasmo.

O PNAIC considera que o papel do professor é importante para a sociedade e para o desenvolvimento do conhecimento do mundo, pois é ele quem favorece a aprendizagem e “organiza um determinado conhecimento e dispõe de certa maneira de propiciar boas condições de aprendizagem” (BRASIL, 2012, p.6), por isso, existe a necessidade do professor acompanhar as transformações da sociedade e o PNAIC propõe a formação dos professores alfabetizadores para a atuação docente.

3. O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: dialogando com autores

Muitos estudiosos se dedicaram à pesquisa sobre a didática e o processo de aquisição da leitura e escrita infantil. Detemo-nos a dois pensadores que convergem em suas observações e nos trazem informações valiosas quanto a esse processo: Celestin Freinet e Emília Ferreiro.

Encontramos em Freinet (2010), a gênese do processo de construção da escrita divididas em cinco fases de evolução do referido processo. O autor expõe suas ideias nas obras denominadas de método natural volumes, um, dois e três. Amorim (2012) nos diz que “[...] através do método natural a criança fará tentativas de expressão da escrita e da leitura de forma global e viva. Esse mecanismo de construção deve acontecer de maneira gradual, não sendo necessário conhecer as regras gramaticais para se iniciar um processo de escrita”.

Ferreiro (1989) explica o processo em quatro fases formais, denominando de garatuja a fase em que a criança antecede estas fases. A pesquisadora expressa que esse processo deve ser vivenciado de forma espontânea e criativa. Ambos defendem que o processo de alfabetização ocorre na medida em que a criança se expressa e pratica a escrita, ou seja, ela deve aprender fazendo. A escrita alfabética não deve ser um código que se aprende com atividades que se repetem e se



utilizam da memorização, deve ser um processo no qual as crianças precisam refletir, compreender, pensar e entender como funciona o sistema da apropriação da escrita para que o mesmo se torne significativo. Por isso que Ferreiro (1989) critica a concepção mecanicista e defende a concepção psicogenética de ensino.

Freinet (2010) define o processo constitutivo de formulação da linguagem escrita da criança em cinco fases. Já Ferreiro (1989), define o processo de evolução da linguagem em quatro fases formais (pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética), denominando a etapa que antecede as fases de representação da linguagem por “fase da garatuja” a autora explica que essa relação é perceptível na forma como os autores definem cada fase do processo de desenvolvimento da língua escrita.

Os autores citados acima são referenciais para os professores alfabetizadores terem uma base no processo de alfabetização. Através de testes e avaliações com seus alunos descobrir em que fase a criança se encontra e partir deste pressuposto, elaborar e aplicar atividades que possibilitem o avanço da criança para o próximo nível de aquisição do sistema alfabético de escrita.

5. A PRÁTICA DOCENTE ALFABETIZADORA NA PERSPECTIVA DO PNAIC: REFLEXÕES DOS PROFESSORES PARTICIPANTES

Na busca de compreender o processo de alfabetização e seus métodos estudados e praticados a partir da formação do PNAIC, realizamos uma pesquisa de metodologia qualitativa. Esta pesquisa busca analisar a contribuição da formação do PNAIC nas práticas de alfabetização das professoras que atuam no 1º ano e que participaram da formação do PNAIC de Língua Portuguesa com frequência mínima de 80% do curso. Objetivou-se obter informações mais reais sobre a formação e as práticas desenvolvidas a partir dela. Para obter maior clareza de suas práticas, optamos por evidenciar as respostas das professoras na sua totalidade.

Iniciamos os estudos investigando a prática das professoras no contexto da alfabetização de seus alunos. Em relação ao desenvolvimento de sua prática alfabetizadora embasada na formação do PNAIC, a professora P1 explica que:

Ao longo do ano letivo venho desenvolvendo atividades que contemplam os direitos de aprendizagens dos alunos, buscando relacionar as mesmas, com o contexto social o qual o aluno está inserido, no sentido de alfabetizar letrando, seguindo as contribuições da formação que recebemos durante o curso, pois, antes de iniciar a formação, não as realizava com a frequência necessária, e muitas vezes não desenvolviam atividades que obtivessem melhor proveito das situações



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

didáticas desenvolvidas em sala, com objetivo da alfabetização na idade certa, tendo como orientação para o desenvolvimento destas, os eixos norteadores da Língua Portuguesa, os conhecimentos e as capacidades para a contemplação dos direitos desta área.

Em relação ao ponto destacado na fala da professora, q qual destaca a necessidade das atividades estarem ligadas ao seu contexto. A autora Soares enfatiza,

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização. (SOARES, 2004, p. 14).

Em relação aos direitos de aprendizagens citados, faz-se necessário explicar que os direitos são eixos que os alunos devem alcançar durante o ciclo de alfabetização (do 1º ao 3º ano). De acordo com o pacto, eles possuem os três anos para introduzir, aprofundar e consolidar esses direitos. A professora P2 revela que:

Os conhecimentos adquiridos no pacto contribuíram para identificar e compreender como se dá o desenvolvimento da aprendizagem, a dificuldade das crianças e nos mostram subsídios para avançar dentro do processo de apropriação da leitura e escrita, a formação me proporcionou um olhar diferenciado, me trouxe novas concepções em relação ao meu papel como alfabetizadora e educadora, me fazendo refletir através das minhas experiências e de minhas colegas de curso me dando mais segurança na efetivação do meu trabalho melhorando consideravelmente o êxito de meus alunos no objetivo principal do curso que é alfabetizar letrando na idade certa.

Nas explanações das práticas das professoras, podemos compreender que a partir do PNAIC elas começaram a desenvolver práticas diferenciadas e inovadoras no processo de alfabetizar seus alunos, passando a promover atividades que os fizessem refletir sobre a escrita, como por exemplo: decompor palavras em sílabas, compreender que a ordem das letras das palavras corresponde aos fonemas e que se mudarmos uma letra de lugar altera o sentido da palavra. Diferentes tipos de leitura e gêneros textuais, produções de textos coletivos e individuais, procurando desenvolver bastante a oralidade com rodas de conversas sobre temas diversos e leituras nos mais diversos contextos.

Conforme o estudo do caderno 3 do material do PNAIC, a aprendizagem do sistema de escrita alfabética Ferreiro (1985) nos mostra que para a criança conseguir entender como o SEA (sistema de escrita alfabética) funciona, ela vivencia um trabalho conceitual no qual precisa conhecer duas respostas de perguntas que surgem em sua mente infantil: O que as letras notam e como as letras criam notações. Quando a criança consegue responder a estas questões, ela abre as



possibilidades iniciais de aprendizagem alfabética e cria uma série de hipóteses em sua mente e a partir de então constroem-se as propriedades do SEA, para então dominá-lo.

Morais (2012) elabora uma lista de propriedades que o educando no ciclo de alfabetização precisa reconstruir em sua mente, de suma importância para os professores alfabetizadores poderem criar situações favoráveis e desafiadoras para que a criança consiga dominar os itens listados a seguir:

Propriedades do SEA que o aprendiz precisa reconstruir para se tornar alfabetizado
1. Escreve-se com letras, que não podem ser inventadas, que têm um repertório finito e que são diferentes de números e de outros símbolos;
2. As letras têm formatos fixos e pequenas variações produzem mudanças na identidade das mesmas (p, q, b, d), embora uma letra assuma formatos variados (P, p, <i>P</i> , <i>p</i>);
3. A ordem das letras no interior da palavra não pode ser mudada;
4. Uma letra pode se repetir no interior de uma palavra e em diferentes palavras, ao mesmo tempo em que distintas palavras compartilham as mesmas letras;
5. Nem todas as letras podem ocupar certas posições no interior das palavras e nem todas as letras podem vir juntas de quaisquer outras;
6. As letras notam ou substituem a pauta sonora das palavras que pronunciamos e nunca levam em conta as características físicas ou funcionais dos referentes que substituem;
7. As letras notam segmentos menores que as sílabas orais que pronunciamos;
8. As letras têm valores sonoros fixos, apesar de muitas terem mais de um valor sonoro e certos sons poderem ser notados com mais de uma letra;
9. Além de letras, na escrita de palavras, usam-se, também, algumas marcas (acentos) que podem modificar a tonicidade ou o som das letras ou sílabas onde aparecem;
10. As sílabas podem variar quanto as combinações entre consoantes e vogais (CV, CCV, CVV, CVC, V, VCC, CCVCC...), mas a estrutura predominante no português é a sílaba CV (consoante - vogal), e todas as sílabas do português contêm, ao menos, uma vogal.

Fonte: MORAIS, 2012.

Para compreender um sistema tão complexo como é a escrita alfabética é necessário que a criança lide com uma série de aspectos:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

[...] Lógicos/conceituais, para entender como as letras funcionam, ao formar as palavras. Assim as crianças têm que: Ante a tal complexidade, a capacidade de refletir sobre partes sonoras das palavras é uma condição necessária para a criança avançar em direção a uma hipótese alfabética, mas não é condição suficiente para dar conta de reconstruir as 10 propriedades do SEA apresentadas no quadro. (Morais, 2012).

Ferreiro (1989) defende que para a criança compreender a relação entre partes orais e escritas das palavras, há a necessidade de materialização e visualização concreta do que se diz. Por isso, é necessária uma prática educativa alfabetizadora em que a criança possa manusear, através do alfabeto móvel, para observar as sequências das letras e só então ter condições para compreender as dez propriedades do sistema de escrita alfabética.

Ao perguntarmos: qual a contribuição da utilização da psicogênese da língua escrita na sua prática alfabetizadora. Obtivemos as seguintes respostas. Para a professora p1:

A psicogênese da Língua escrita contribui para a minha ação pedagógica, desde o início do ano letivo, a partir das avaliações diagnósticas iniciais, onde investiguei o nível de aprendizagem escrita no qual os estudantes encontravam-se, permitindo-me conhecer a turma e suas necessidades iniciais, pois, a análise nos dar suporte para compreender que conteúdos precisam ser trabalhados em sala, quais devem obter mais destaque no seu processo, que metodologias irão contribuir para o melhor desenvolvimento possível no processo de alfabetização.

A professora P1 também revela “outro ponto de importante destaque da psicogênese é no auxílio das seleções de atividades que proporcionem aprendizagens em relação aos eixos de trabalho de Língua Portuguesa que são orientados pelo PNAIC”.

A professora P1 destaca que não consegue imaginar o seu trabalho sem a contribuição da Psicogênese da língua escrita no processo de avaliação, pois é a partir dele que a mesma consegue descobrir em que nível de aquisição da escrita o seu aluno se encontra e a partir de tal descoberta consegue selecionar e aplicar atividades que possibilitem ao aluno mais conhecimento a respeito do código e dessa forma poder avançar de nível até chegar à fase alfabética.

No que diz respeito ao eixo da leitura, ambas as professoras relatam que os alunos apresentavam bastante dificuldade em realizar leitura de textos verbais e não verbais, em diferentes suportes, como também, compreender textos de diferentes gêneros lidos por outras pessoas, antecipar seus conhecimentos prévios relativos aos textos a serem lidos, dentre outras dificuldades que na maioria dos estudantes já iniciou seu processo de introdução dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento de seus direitos.



No eixo da análise linguística, os alunos adquiriram o conhecimento do uso dos diferentes suportes textuais e algumas de suas características, como: finalidades e esfera de circulação. Ao relatar sobre a aprendizagem dos alunos sobre o processo, é importante destacar que a maioria dos alunos possuía uma grande dificuldade em fazer tentativas de leitura, pude perceber um grande avanço nesse processo de interesse em aprender, fazendo tentativas em diversas atividades que permitem sua participação e oportunizam sua aprendizagem. Posteriormente, indagamos: Como vocês realizam seus planejamentos? A professora P1 explana que,

Ao planejar o ensino, realizo a rotina semanal para organizar as atividades que serão desenvolvidas com base nos direitos de aprendizagens. Fazendo parte desse contexto às atividades permanentes que são: Acolhida; Oração; Registro do tempo, uso do calendário (dia, mês e ano); contagem dos alunos; chamada; correção da atividade de casa; registro da merenda do dia; leitura deleite; roda de conversa; atividade polivalente Lanche; cantinho da leitura livre; intervalo; jogo de alfabetização atividade polivalente, atividade para casa; almoço e organização da sala. Como orientado durante a formação ao desenvolver essas atividades permanentes como também as demais, estamos sempre buscando alcançar os objetivos dos direitos de aprendizagens de cada campo de conhecimento, e tendo como referencia as avaliações diagnósticas, tanto escritas como orais e comportamentais.

A professora P1 ressalta que sua prática é necessária para que os alunos possam reconhecer “o uso da escrita em práticas sociais, a reflexão sobre o sistema de escrita alfabética, o incentivo e apreciação da leitura e sua inserção social são necessários para o desenvolvimento da aprendizagem”. Ela relata também que para contribuir com esse processo houve a construção do cantinho da leitura na sala de aula e que ela expõe que “o cantinho da leitura foi realizado com o propósito do aluno poder ter acesso às obras literárias diariamente, poder realizar leituras livres e compartilhar essas leituras com os demais colegas, incentivando o prazer pela leitura”, a qual faz parte da sua rotina, promovendo a aprendizagem da leitura e da escrita.

Através da avaliação diagnóstica, e observando as necessidades dos alunos vou incluindo o trabalho com jogos na minha rotina, eles são utilizados semanalmente, sendo inclusos tanto nos projetos didáticos como nas sequências didáticas. Com a utilização dos jogos, percebi que depois que comecei a utilizá-los durante as aulas, alguns alunos que tinha dificuldades em desenvolver principalmente a consciência fonológica, vêm avançando bastante ao participar e interagir com os jogos os quais possuem esse objetivo como, por exemplo: o bingo dos sons iniciais. O lúdico propõe a estimulação de várias habilidades de aprendizagem, de maneira prazerosa.

Ao perguntarmos sobre o que ela destaca como aprendizagem de grande relevância durante sua formação. As Professoras fazem destaque à importância do curso de formação quando explanam em suas falas. A Professora P1: “Ao explicitar sobre os registros de aprendizagens dos



alunos, venho enaltecer as aprendizagens adquiridas durante o curso, pois realizava esses registros de acompanhamento no caderno e com a realização do portfólio de algumas atividade”.

A professora faz um destaque a importância do pacto na mudança de sua prática e complementa sua fala com o seguinte relato:

Após o início do curso no qual nos foi proposto o acompanhamento da turma através do perfil do grupo e as aprendizagens individuais em cada eixo dos direitos da Língua Portuguesa, tenho mais clareza dos conhecimentos que os alunos já sabem, os quais eu preciso procurar desenvolver durante o ano letivo para que eles avancem em sua aprendizagem.

Professora P2 ressalta que a participação no curso foi essencial para o enriquecimento de sua didática, pois, *“através das metodologias apresentadas a cada encontro de estudos do material fornecido Pelo MEC ela pôde aperfeiçoar o seu trabalho como alfabetizadora, motivar novas aprendizagens, ter uma rotina mais elaborada com a utilização dos recursos didáticos recebidos”.* Diante desse apoio, a professora ressalta que transformou diversas metodologias apresentadas para utilizar com os alunos. A professora também enfatiza que o Pacto a incentiva a pesquisar e continuar seus estudos melhorando a sua formação continuada.

Diante de todos esses relatos, podemos perceber que a prática pedagógica de ambas as professoras evoluíram bastante durante o curso de formação, essa constatação é perceptível nas suas falas, onde questionamos as suas aprendizagens durante a formação do pacto de Língua Portuguesa. A professora P2 explica:

Minha aprendizagem foi imensa, ao ponto de mudar minha rotina, aproveitando com mais qualidade as atividades que desenvolvo em sala, adquiri práticas escolares que não tinha conhecimento. As aprendizagens foram desde como organizar o espaço escolar a realização da avaliação da turma. Aprendendo como organizar a rotina de maneira que possa facilitar o processo de ensino-aprendizagem da alfabetização, quais atividades merecem mais destaque durante a ação pedagógica, como planejar o ensino, incluir o uso dos jogos, das obras complementares nos planejamentos, a realização dos projetos didáticos, as sequências didáticas.

Assim, considerando esse modelo de ação, é possível admitir que as professoras realmente tiveram suas práticas transformadas e inovadas, propondo uma nova forma de pensar o processo de alfabetização no cotidiano escolar. Nesse contexto, a professora P2 ressalta esse entendimento ao enfatizar que:

Fazendo uma retrospectiva sobre as temáticas trabalhadas no PNAIC 2013 – língua portuguesa trabalhamos diversas temáticas bem salutaras para nossa prática. Tudo o que buscamos e aprendemos é colocado em prática na sala de aula, o ensino-aprendizagem é dinâmico, eu aprendo para ser posto em prática



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

para que meus alunos também aprendam e que através desta troca ocorram os avanços. Minha prática durante o ano de 2013 foi muito proveitosa, obtive resultados surpreendentes, espero aperfeiçoar e aprender cada vez mais para que meus alunos avancem no processo de alfabetização.

Ambas as professoras enfatizam a oportunidade de trocar experiências com a orientadora e as demais professoras, ao interagir, estudar, discutir e praticar as atividades propostas durante os encontros, sendo as mesmas de grande relevância para sua profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos evidenciados e nos relatos das práticas pedagógicas, foi possível observar que o programa de alfabetização na idade certa modificou e contribuiu de forma positiva na prática docente das professoras alfabetizadoras pesquisadas, percebemos que a teoria ligada à prática é o diferencial neste programa, visto que não apenas diz o que se deve fazer e também mostra como pode fazer, esse é um ponto chave na busca pela qualidade na educação. Podemos perceber no desenvolver do estudo, a importância da formação continuada no processo de construção e melhoria da didática desenvolvida por professores na busca de alfabetizar os alunos na idade certa. Como também para desmistificação de práticas tradicionais que alguns professores ainda utilizam como base de sua prática.

Os depoimentos das professoras são semelhantes ao apontar a contribuição do PNAIC na sua prática alfabetizadora. Contribuindo para a superação de dificuldades que as mesmas vivenciam no caminhar desse processo, possibilitando novas experiências e possibilidades de inovar e alcançar o objetivo desejado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIN, Giovana Carla Cardoso de. OS MECANISMOS DE APRENDIZAGEM DA LINGUAGEM INFANTIL: bases e fundamentações teóricas a partir do método natural proposto por Célestin Freinet. In: ANDRADE, Francisco Ari, SANTOS Jean Mac Cole Tavares (Organizadores) **Ditos e Interditos em Educação Brasileira**/– 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2012.

BRASIL. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa: a aprendizagem do sistema da escrita alfabética: ano 1: unidade 3/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012.*



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

BRASIL. *Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa: formação do professor alfabetizador**: caderno de apresentação/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. – Brasília: MEC, SEB, 2012.*

FERREIRO, Emília. **A escrita antes das letras**. In: SINCLAIR, H. (Org.) *A Produção de Notações na Criança*. São Paulo: Cortez, 1989.

LEGRAND, Louis. **Célestin Freinet** / Louis Legrand; tradução e organização: José Gabriel Perissé. Recife: Massangana, 2010.

MORAIS, Artur G. **Sistema de Escrita Alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.